

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COMUTRAN

Aos **20 dias de maio de 2002**, às 19:00h, na Casa da Cidadania, localizada na Rua Souza Franco, nº 474, Centro, Petrópolis, RJ, verificando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quanto bastem para o quorum necessário para o início dos trabalhos, o Presidente do Conselho, HENRIQUE LUIZ GOMES AHRENDTS deu por iniciados os trabalhos, fazendo a leitura da convocação e pauta da reunião, constante no Diário Oficial do Município de 11/05/2002 que é a seguinte: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Revisão da tarifa do transporte coletivo de passageiros; 3) Propostas de modificações no trânsito; 4) Assuntos gerais. Foram convidados para compor a mesa os senhores Gilmar Silva de Oliveira, Diretor Técnico da CPT; Ricardo Pancich Retamal, Diretor Administrativo e Aguinaldo Augusto de Mello Junior, Assessor Jurídico da empresa. Pelo último foi aceito o encargo de secretariar a reunião. Passando ao item 01 da pauta, o Presidente do COMUTRAN HENRIQUE AHRENDTS fez a leitura da última reunião do COMUTRAN, tendo sido a mesma aprovada pelos presentes. Quanto ao item 02 da pauta, o Presidente disse que a presente reunião extraordinária era a continuação dos debates iniciados na reunião do dia 25 de abril próximo passado. Fez ponderações sobre o sistema atual, com grandes equívocos, gerando distorções e excessos que precisam ser revistos de uma forma racional visando a correção de tais erros que, somados aos excessos na concessão de gratuidades, acabam gerando hábitos danosos na população, viciando e encarecendo o sistema. Comentou, ainda, do trabalho da CPT no sentido de estabelecer critérios nas extensões e criação de novas linhas nos bairros, e exemplificou a dificuldade encontrada junto às Associações de Moradores nesse trabalho, citando a mudança de operação nas linha que fazem o transporte na Rua Paraná e Rua Friburgo, no Quitandinha. Fizeram uso da palavra comentando sobre a gratuidade e critério nas extensões de linhas os conselheiros José Jorge, Júlio Cesar Barbosa e Daniela Salvini. O Presidente do COMUTRAN verificou que todos os conselheiros receberam os documentos atinentes a discussão do item 02 da pauta. Pedindo a palavra, o conselheiro ANDRÉ PAVANELLI comentou que a planilha elaborada pela CPT não considerou itens como a CPMF, a taxa de vistoria e o FGTS – multa rescisória - no tocante aos encargos sociais. Dada a palavra ao Sr. GILMAR SILVA DE OLIVEIRA, pelo mesmo foi dito, em resposta, que tanto a CPMF quanto a taxa de vistoria nunca fizeram parte da planilha e quanto ao FGTS que foi alterado o percentual de 40 para 50%, a questão será revista. Pediu a palavra o conselheiro WASHINGTON ESTANISLAU informando não ter visto na planilha a especificação de cada empresa do imposto sobre serviço devido a PMP, ao passo que, retomando a palavra, o Presidente do COMUTRAN informou que o referido item consta nas planilhas encaminhadas pela CPT,

bastando, para tanto, o vereador, olhá-lo com mais atenção. O Presidente do COMUTRAN informou, ainda, que a Administração utilizará os índices de aferição direta sempre que estes existam, em detrimento dos índices estabelecidos pelo GEIPOT, sendo este o caminho mais coerente para, ao final, termos um sistema ajustado. Comentou que temas como a gratuidade e a carga tributária poderão ocorrer em Julho/2002, período previsto para ocorrer a 2ª Conferência Municipal de Trânsito e Transportes de Petrópolis, com vistas a um novo modelo do sistema. Dada a palavra ao conselheiro OSMAR BURGER, pelo mesmo foi dito que defende que a gratuidade concedida aos estudantes, deva abranger somente aqueles comprovadamente carentes, sugerindo que o COMUTRAN fomente a elaboração de projetos que visem solucionar o problema das gratuidades como um todo. O Sr. RODRIGO WEINZ, estudante presente a reunião, tendo recebido a palavra, comentou que se a Administração retirar a gratuidade, os maiores prejudicados serão justamente o trabalhador e seus filhos que vão despendar maiores quantias de seus salários. Disse que o estudante precisa da gratuidade para ter acesso, fora de seu horário normal de aula, a bibliotecas e outras atividades próprias que complementam sua formação. Entende viável o projeto de catracas eletrônicas, caso não seja restringido o direito de ir e vir do estudante. Retomou a palavra o conselheiro OSMAR BURGER para frisar que as empresas têm atualmente, um programa denominado agenda cultural junto a Secretaria de Educação de cessão de ônibus para atividades próprias educacionais. MARCOS LEANDRO (SETRANSPETRO) disse que ninguém quer extinguir a gratuidade, mas dá-la de forma racional. Retomou a palavra o Presidente do COMUTRAN Henrique Ahrends para ratificar as palavras do conselheiro Marcos Leandro no sentido de que não se pretende a extinção de gratuidades, mas adequá-las a realidade, evitando os abusos hoje praticados, sendo nesse mesmo sentido, o estudo de implantação de catracas eletrônicas, permitindo a integração temporal e também um melhor controle sobre as gratuidades. WASHINGTON ESTANISLAU disse que acha um absurdo o percentual de 5% de taxa de gerenciamento pagos a CPT, entendendo que a carga tributária suportada pelas empresas prejudica a prestação dos serviços prestados a população. Disse que Petrópolis é o único município com taxa de 6% de ISS sobre as empresas, sendo óbvio que o povo é quem paga, estando preocupado com a explosão do sistema se providências não forem tomadas. O Presidente do COMUTRAN HENRIQUE AHRENDTS salientou que em todas as áreas há carga tributária exagerada e, a título de ilustração, até bem pouco tempo, a FETRANSPOR arrecadava das empresas o percentual de 7% (sete por cento) para o gerenciamento do vale transporte no Município e só agora as empresas verificaram que esse percentual era prejudicial e tomaram a salutar decisão de gerenciamento próprio dos vales. Comentou que as mudanças vão acontecendo gradativamente e isso é benéfico para todos e para o sistema. Disse, por outro lado, que não se altera imposto sem a respectiva receita substitutiva e nem a redução aleatória de imposto. São

as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselheiro GUSTAVO TAVARES DA SILVA (UNIFAMPE) apresentou relatório que analisou a proposta de reajuste das empresas e a planilha da CPT. No tocante aos valores para reajuste, viu-se que a proposta das empresas gira em torno de R\$1,19 (um real e dezenove centavos) e a da CPT em torno de R\$1,11 (um real e onze centavos). Fizeram uso da palavra sobre os valores apresentados os conselheiros ANDRÉ PAVANELLI, ANDERSON JULIANO WASHINGTON ESTANILAU. O Presidente do COMUTRAN HENRIQUE AHRENDTS disse que o COMUTRAN é órgão consultivo, sendo o ônus do aumento de competência do Poder Executivo. Disse, mais, que o Prefeito fixará o aumento com a planilha da CPT e que o papel do COMUTRAN é apontar caminhos para a melhoria do sistema, aproximando a comunidade dessa discussão. Disse que o governo garantiu que o aumento dado aos rodoviários seria absorvido pelo aumento da tarifa, sendo, portanto, no atual momento, inevitável não aumentá-la. A discussão da melhoria do sistema, com a adequação das gratuidades, dentre outros temas, certamente, mais a frente, poderão amenizar os impactos quando se falar em reajuste de tarifa. Finalizando, o Presidente colocou a matéria em votação, considerando um aumento percentual de 10% sobre o valor atual da tarifa, da seguinte forma; 1) voto contra qualquer tipo de reajuste de tarifa; 2) voto a favor, no reajuste até o limite de R\$1,10 (um real e dez centavos); 3) voto a favor, no reajuste acima do limite de R\$1,10. Verificou-se, assim, o seguinte: votaram contra, os conselheiros José Hugo, Anderson Juliano, Gabriel Weinen, Washington Estanislau e Gustavo Tavares da Silva; totalizando 05 votos. Votaram a favor, na forma do item 02, os conselheiros Annie R. de Souza, Josimar de Souza, Seraphim José Claudino, José Jorge, Julio Cesar Barbosa, Aguinaldo Augusto de Mello Junior, Ricardo Pancich Retamal, Ronei Vieira de Souza e Gilmar de Oliveira, totalizando 09 votos. Votaram a favor, na forma do item 03, os conselheiros Marcos Leandro, André Pavanelli, Daniela Salvini, Osmar Burger e Demétrios José Ferreira, totalizando 05 votos. Fez constar o conselheiro José Hugo que votava contra pois nenhuma categoria teve esse percentual de aumento em seus salários. Washington Estanislau disse que votou contra porque não se pode aumentar a passagem sem se levar ao Prefeito uma proposta de redução de passagens e da carga tributária. Face ao adiantado da hora, o Presidente propôs a discussão dos demais temas na próxima reunião, o que foi aceito por todos os presentes. Nada mais havendo, encerrou-se a presente que segue assinada pelo secretário e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será lavrada no livro próprio.

AGUINALDO AUGUSTO DE MELLO JUNIOR
Secretário designado

HENRIQUE LUIZ GOMES AHRENDTS
Presidente do COMUTRAN